

POLÍTICAS TERRITORIAIS E APROPRIAÇÃO DE ÁREAS PARA A REPRODUÇÃO AMPLIADA DO CAPITAL NO PIAUÍ: conflitos e estratégias de resistências das comunidades tradicionais

Judson Jorge da Silva¹
Cláudio Ubiratan Gonçalves²

RESUMO EXPANDIDO

O trabalho apresenta uma análise das ações políticas de incentivo à instalação de megaempreendimentos, colocadas em prática por sucessivos governos do Estado do Piauí, sob a justificativa de reversão dos quadros de pobreza vivenciados pela população, bem como as consequências desse tipo de política sobre as comunidades tradicionais e as estratégias de resistência que adotam.

A metodologia se baseou em revisão de literatura sobre o conceito de desenvolvimento e grandes empreendimentos tais como Underman (2008), Lima & Conceição (2009), Rigotto & Aguiar (S/D), além de texto sobre comunidades tradicionais, Cruz (2012). Foram analisados documentos públicos, Planos Plurianuais (2004, 2008, 2012, 2016) no sentido de apresentar os dados referentes às questões de economia e sobre os projetos propostos para o Estado do Piauí. Na sequência, foram realizadas pesquisas em sites e portais de notícias, para identificarmos matérias que tratavam sobre conflitos em diferentes áreas do Piauí em virtude dos megaprojetos em curso.

Quanto aos dados a respeito das condições socioeconômicas da população piauiense, constatou-se que a maior parte de seus habitantes se encontra em situação de pobreza e vulnerabilidade social. Com um rendimento nominal mensal domiciliar per capita de R\$ 747,00 reais, o Piauí só fica à frente dos Estados de Alagoas (R\$672,00) e Maranhão (R\$ 575,00) no Nordeste, e do Amazonas (R\$739,00) e Pará (R\$ 708,00) na região Norte (IBGE, 2016). Trata-se, portanto, do terceiro Estado no Nordeste com população em condição de pobreza e do quinto colocado entre os Estados brasileiros com população mais pobre.

¹ Doutorando em Geografia pelo PPGEU – UFPE; Professor da Universidade Estadual do Piauí (UESPI); judsonjorge@yahoo.com.br

² Doutor em Geografia; Professor dos Cursos de graduação e pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco; biragrario@gmail.com

No entanto, pouco se discute sobre os motivos causadores da situação de pobreza e desigualdade social existentes no Estado, sendo necessária a compreensão dos processos que imprimem essa característica ao Piauí, pois se trata de uma situação complexa e não elucidada em discursos reducionistas que apontam para um Piauí despovoado e pobre, passível de um processo de colonização realizado a partir da chegada de empreendimentos econômicos.

Nesse contexto, nas últimas décadas, o Estado vem passando por um acelerado processo de incorporação de sua economia na lógica da circulação e da reprodução do capital. Tal situação, que tem como base um profundo componente espacial, tem no planejamento estatal, através da criação das infraestruturas básicas de produção e dos mais diversos incentivos e financiamentos por parte do Estado, a sustentação dessa política causadora de significativas alterações no território. São diversos os exemplos capazes de ilustrar a instalação e transcorrer desse processo em curso no sul do Piauí, sobretudo nas áreas de commodities, geração de energia e setor de transporte.

Pode-se citar como exemplo a incorporação de áreas do cerrado piauiense na lógica da produção de grãos de soja, milho, feijão e algodão, iniciada em meados da década de 1970 e se reconfigurando nos anos 1990, passando a integrar-se a lógica da região de produção de grãos conhecida como MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia).

No setor de energia, além da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança construída no Rio Parnaíba durante o governo militar, existe projeto para a construção de mais 5 barragens ao longo do rio (CHESF,2014). Já os setores de energia eólica e solar estão em plena fase de expansão no Estado. Além dos existentes no litoral, já funciona o Parque Eólico na borda piauiense da Chapada do Araripe, na divisa entre Piauí e Pernambuco, além de outras em processo de licenciamento como a dos municípios de Lagoa do Barro e Paulistana. No setor de energia solar, foram iniciadas as obras de construção da maior usina da América Latina, realizada por um grupo italiano, no município de Ribeira do Piauí (PIAUI, 2017).

Diante da criação de toda essa rede de infraestrutura, principalmente a ferrovia Transnordestina e o parque de geração de energia eólico/solar, o Estado se abre para abrigar novos projetos de longo prazo (HARVEY, 2005), principalmente na área de mineração.

Por sua vez, esses projetos não têm suprido as necessidades existentes em diversas comunidades tradicionais nas mais diversas áreas do Estado. É o caso de comunidades de pequenos produtores agrícolas localizadas na área do Cerrado Piauiense, que se veem

sufocados pela produção de milho e feijão nas fazendas em que, antigamente, o agronegócio se dedicava apenas ao cultivo da soja.

Outro exemplo é o de agricultores que tiveram suas terras invadidas pelos canteiros de obra da ferrovia Transnordestina, no município de Simplício Mendes, sofrendo impactos nas atividades de pequena pecuária sem que fossem indenizados pela parte de suas terras que foram atingidas (G1, 2015). Já no município de Paulistana, Quilombolas da comunidade Contente, também vem enfrentando problemas em virtude da construção da ferrovia Transnordestina. Além de prejuízos nas estruturas das casas, cisternas de placas, estradas e na atividade apícola, principal fonte de renda das famílias, que foi afetada em decorrência da proximidade do local em que passam os trilhos. Além desses impactos, os moradores reclamam que foram vítimas de racismo (G1, 2017).

Já em São Raimundo Nonato, uma holding foi criada para aglutinar diversos projetos de mineração que se pretendem realizar naquela região. A empresa responsável pelas pesquisas de prospecção sobre tipo e a capacidade das jazidas, invadiu propriedades sem autorização prévia dos seus donos, desmatando áreas abrindo, estradas para o trânsito de máquinas e camionetes, deixando muitas comunidades apreensivas.

Por fim, mesmo com todo este debate em torno do desenvolvimento, da geração de empregos e da melhoria das condições de renda e vida entre as famílias pobres do Piauí, esse discurso não tem se efetivado. Nos últimos anos, sobretudo em virtude da seca iniciada em 2009, a situação de dificuldades se agravou entre os camponeses piauienses. Sem condições de produzir alimentos até mesmo para um núcleo familiar, associado ao custo da manutenção dos rebanhos da pequena pecuária a busca pelo trabalho acessório fora das comunidades tem se intensificado. Apesar dos diversos projetos em fase de construção e dos já em funcionamento, o roteiro de migração continua sendo em direção ao sudeste.

Essa situação evidencia que as promessas de resolução da pobreza a partir dos megaempreendimentos não têm se efetivado. A mão de obra dessas construções, sobretudo as mais qualificadas, vem de outras regiões. Aos moradores do campo, o acesso as vagas nesses postos de trabalho são mínimas, em virtude de não possuírem a formação para desenvolver as atividades que essas empresas requerem. As vagas destinam-se ao serviço braçal, de modo mais intenso na etapa de construção, sendo dispensadas posteriormente. Segundo matéria do portal G1, a obra da Transnordestina demitiu 3,6 mil operários no Piauí em 2016 (G1, 2016).

Esses casos de injustiça ambiental demonstram como o Estado age de modo desigual, ao fomentar empreendimentos que favorecem grandes grupos econômicos e um modelo de desenvolvimento hegemônico que não dialoga com os anseios de comunidades tradicionais locais. Nesse sentido, esses sujeitos sociais vêm se organizando, de modo a enfrentar o avanço da espoliação do capital sobre seus territórios. Os exemplos são vários, tais como articulações para a criação da Associação dos Atingidos pela Transnordestina, envolvendo famílias de cinco municípios do Piauí; Construção do 8º Grito do Semiárido, denunciando o avanço dos projetos de mineração na área do Semiárido, entre outros, geralmente ligados a ações jurídicas.

Diante do exposto, acreditamos que as reflexões deste trabalho, podem colaborar com o debate em torno das injustiças ambientais, bem como com as formas de luta e resistência das comunidades tradicionais nos/dos territórios. Se faz necessário refletir sobre o discurso do desenvolvimento adotado pelo Estado e por agentes do Capital, questionando a quem interessa esse modelo que espolia a natureza, avança sobre os territórios de comunidades tradicionais, causando danos socioambientais.

Palavras-chave: Piauí, Desenvolvimento, Injustiça ambiental.

Referências Bibliográficas

Agricultores cobram indenização por perda de terras para a Transnordestina. G1, Piauí TV Clube. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2015/03/agricultores-cobram-indenizacao-por-perda-de-terras-para-transnordestina.html>>. Acesso em: 05 de abril de 2017.

CHESF. Expansão da geração usinas no Parnaíba - Maio de 2014. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/54a-legislatura/pl-5335-09-transposicao-hidroviaria-de-niveis/audiencias-publicas/jose-ailton-de-lima-diretor-de-engenharia-e-construcao-da-chesf>>. Acesso em: 21 de abril de 2017.

CRUZ, V. C. Povos e Comunidades tradicionais. In: CALDART, Roseli Salette Et al. (Org.) Dicionário da Educação do Campo. 1ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Expressão Popular, 2012.

DIAGONAL TRANSFORMAÇÃO DE TERRITÓRIOS. Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Piauí (Piauí 2050): Macrotendências de investimento produtivo e em infraestrutura nos segmentos estratégicos - Produto 2. Teresina, 2013.

HARVEY, David. **A Produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

L. G. Lima & A. L. Conceição. **O Estado e o Desenvolvimento Territorial como Suportes para a Dominação do Capital**. Scientia Plena v.5, nº 12, 2009.

Obra da Transnordestina demitiu 3,6 mil operários no Piauí, diz sindicato. G1, Piauí TV Clube. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2016/07/obra-da-transnordestina-demitiu-36-mil-operarios-praticamente-parada.html>>. Acesso em: 10 de abril de 2017.

PIAUI. Maior usina de energia fotovoltaica da América Latina será instalada no Piauí. Disponível em: <<http://www.pi.gov.br/materia/semar/maior-usina-de-energia-fotovoltaica-da-america-latina-esta-instalada-no-piaui-2175.html>>. Acesso em: 10 de abril de 2017.

Resistência quilombola suspende obra da Transnordestina no Piauí. G1, Pernambuco. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pernambuco/noticia/resistencia-quilombola-suspende-obra-da-transnordestina-no-piaui.ghtml>>. Acesso em: 07 de abril de 2017.

Rigotto, RM; Aguiar, ACP. **Grandes empreendimentos e conflitos ambientais: desocultando os impactos à saúde**. Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra. (no prelo)

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO PIAUI. **Plano Plurianual 2016-2019**. Teresina, 2015.

_____. **Plano Plurianual 2012-2015**. Teresina, 2012.

_____. **Plano Plurianual 2008-2011**. Teresina, 2008.

_____. **Plano Plurianual 2004-2007**. Teresina, 2004

UNDERMAN, Simone. **O Estado e a Formulação de Políticas de Desenvolvimento Regional**. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 39, nº 2, abr-jun 2008.